

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

Edição nº 064

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contrato e convênios.....2

Concursos Públicos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins.....6



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 064

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO Nº 10502-09.00/07-1

PREGÃO Nº 28/08

CONTRATADA: MICROSENS LTDA.; **OBJETO:** prorrogar o prazo de entrega da primeira parcela de suprimentos, previsto no Contrato AJDG n.º 90/08, até o dia 10 de novembro de 2008; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de outubro de 2008.

JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO

PROCESSO Nº 001134-09.00/05-4

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, CNPJ nº 33.621.384/0019-48; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 14/04/2008; Mauro Henrique Renner, Procurador-Geral de Justiça, Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira, Diretora da Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

SÚMULA DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME.

PROCESSO Nº 9425-09.00/08-2

CONTRATADA: ROGMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS ESSENCIAIS LTDA.; **OBJETO:** Rescisão Bilateral, ao Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento de Alarme à Promotoria de Marcelino Ramos/RS; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 79, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2008.

JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA REPUBLICA EM VIRTUDE DE REGISTRO INCOM- PLETO NO DEMP DE 28/10/2008.

EDITAL Nº 192/2008

ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA – Edital de
Abertura Nº 21/2008

RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS APÓS RECURSO

TORNO PÚBLICO que, após análise dos recursos dirigidos ao resultado da Prova de Títulos, nos termos do Edital nº 178/2008, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público, edição de 18/09/2008, a Comissão decidiu, nos termos da manifestação disponível para consulta na Internet, no site www.concursosfcc.com.br, conforme segue:

N.A. = Não Apresentou

Nº INSCRIÇÃO	PONTOS TÍTULOS
000036k	Sem recurso
000089j	Sem recurso
000149b	Sem recurso
000156j	Sem recurso
000168f	Sem recurso
000212e	Sem recurso
000219h	Procedente
000229k	Procedente
000270h	Sem recurso
000299j	Procedente
000352j	Sem recurso
000371c	Sem recurso
000379h	Improcedente
000394d	Sem recurso
000399c	Sem recurso
000412b	Improcedente
000435c	Procedente
000483c	Sem recurso
000498e	Sem recurso
000601e	Improcedente
000610f	N.A.
000640d	Sem recurso
000641f	Sem recurso
000677e	Sem recurso
000706h	Sem recurso
000762g	Procedente
000779b	Sem recurso
000781k	Procedente
000782b	N.A.
000811e	Parcialmente Procedente
000820f	Sem recurso
000822j	Sem recurso
000852h	Sem recurso
000861i	Sem recurso



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 064

000880b	Sem recurso
001020a	Sem recurso
001042k	Sem recurso
001053e	Sem recurso
001180a	Procedente
001329i	Improcedente
001372j	N.A.
001430i	Sem recurso
001460g	Improcedente
001502h	Sem recurso
001511i	Sem recurso
001551j	Sem recurso
001597a	Sem recurso
001635e	Sem recurso
001653g	Parcialmente procedente
001658f	Procedente
001667g	N.A.
001680j	Procedente
001692f	Sem recurso
001703g	Sem recurso
001708f	Sem recurso
001709h	Sem recurso
001749i	Sem recurso
001772d	Sem recurso
001792j	N.A.
001800e	N.A.
001807h	Sem recurso
001828e	Sem recurso
001836d	N.A.
001839j	Procedente
001892c	Procedente
001907a	Sem recurso
001910a	Procedente
001950b	Sem recurso
001965d	Sem recurso
001992g	Sem recurso
002022j	Sem recurso
002062k	Sem recurso
002065f	Sem recurso
002101f	N.A.
002112k	Sem recurso
002119c	Sem recurso
002230f	Sem recurso
002367k	Sem recurso
002368b	Sem recurso
002404b	Sem recurso
002413c	Sem recurso
002477g	Sem recurso
002557e	Sem recurso
002578b	N.A.
002620h	Sem recurso
002667a	Sem recurso

002689k	Sem recurso
002719e	Sem recurso
002912j	Sem recurso
002990h	N.A.
003070d	Sem recurso
003161g	Sem recurso
003215d	N.A.
003261k	Procedente
003274i	Procedente
003344d	N.A.
003407b	Sem recurso
003420e	Sem recurso
003427h	Sem recurso
003436i	N.A.
003441b	Sem recurso
003593c	Procedente
003626c	Sem recurso
003669j	Sem recurso
003707c	Improcedente
003729b	Procedente
003749h	Sem recurso
003766h	Procedente
003792i	Procedente
003927f	Sem recurso
003951c	Sem recurso
004051e	Sem recurso
004058h	Sem recurso
004089h	N.A.
004100c	Sem recurso
004131c	Sem recurso
004269j	Sem recurso
004281k	Sem recurso
004292e	Sem recurso
004321h	Sem recurso
004322j	Improcedente
004330i	Sem recurso
004413b	Sem recurso
004439i	Sem recurso
004442i	Sem recurso
004456i	Improcedente
004481h	Parcialmente Procedente
004487i	N.A.
004570g	N.A.
004661j	Sem recurso
004669d	Procedente
004686d	Sem recurso
004692j	Procedente
004743a	Sem recurso
004816b	Sem recurso
004908g	Sem recurso
004916f	Sem recurso
004967a	Sem recurso



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 064

004972e	Sem recurso
004983j	Sem recurso
004986e	Sem recurso
004990g	Procedente
005019c	Sem recurso
005031d	Improcedente
005041g	Sem recurso
005114h	Sem recurso
005146j	Sem recurso
005179c	Sem recurso
005186k	Procedente
005214a	Improcedente
005224d	Procedente
005226h	Improcedente
005231a	Improcedente
005243h	Sem recurso
005250e	Sem recurso
005257h	Sem recurso
005269d	Sem recurso
005289j	Improcedente
005295e	Sem recurso
005296g	Procedente
005330c	Sem recurso
005517h	Sem recurso
005527k	Sem recurso
005549j	N.A.
005598a	Sem recurso
005621c	Sem recurso
005648a	Procedente
005673k	Procedente
005692d	Sem recurso
005699g	Sem recurso
005745j	Sem recurso
005781c	Sem recurso
005832e	Improcedente
005836b	Sem recurso
005841f	Sem recurso
005877e	N.A.
005892a	Sem recurso
005926c	Procedente
005970f	Sem recurso
006008c	Sem recurso
006019h	Sem recurso
006043e	Sem recurso
006060e	Sem recurso
006067h	Sem recurso
006080k	Sem recurso
006089g	Sem recurso
006096d	Sem recurso

TORNO PÚBLICO, também, que foi procedida, de ofício, a alteração da pontuação estabelecida no Capítulo X, item 8 –

“Experiência Profissional, Inclusive Atividades Docentes”, a fim de atribuir os pontos correspondentes ao tempo de serviço inferior a 12 meses, não efetuado anteriormente, a todos os candidatos que comprovaram a atividade profissional nos termos do Edital nº 21/2008, estando a lista do resultado final da Prova de Títulos do concurso para o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, que se encontra registrada no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Porto Alegre – Av. Borges de Medeiros 308 – 2º andar – sob nº 1579456, disponível para consulta na Internet, no site www.concursosfcc.com.br.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de outubro de 2008.

HERIBERTO ROOS MACIEL,,
Presidente do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 25/2008 - CAOCÍVEL

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1. Inquérito Civil, nº 28/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, tendo por finalidade apurar a regularidade das contratações de Empresa pelo Município de Coronel Pilar.

2. Inquérito Civil nº 31/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, da Promotoria de Justiça de Sapiiranga, tendo por finalidade apurar eventual irregularidade em procedimento licitatório, referente à construção do Centro de Atividades Múltiplas em Município.

3. Inquérito Civil nº 16/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Seca, tendo por finalidade apurar possível ocorrência de irregularidades em Concurso Público de Prefeitura Municipal.

4. Inquérito Civil nº 17/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, tendo por finalidade investigar o abandono e a deterioração da antiga sede da Escola Municipal Idalina Hess.

5. Inquérito Civil nº 22/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-me-Toque, tendo por finalidade investigar eventual irregularidade na aquisição de aparelhos de ar condicionado por preços superiores aos praticados pelo mercado à época da compra, por Legislativo Municipal.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 064

6. Inquérito Civil nº 24/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek da Promotoria de Justiça de Alvorada, tendo por finalidade apurar eventual desvio na utilização e gerenciamento dos recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento recebidos do Governo Federal para a realização de obras de infra-estrutura em loteamento de município, bem como irregularidades no processo de licitação sob a modalidade de concorrência.

7. Inquérito Civil nº 39/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman da Promotoria de Justiça de Camaquã, tendo por finalidade apurar possível irregularidade no uso de maquinário e meios de transporte públicos, em dissonância com o previsto na contratação oriunda do Convite nº 87/2008.

8. Inquérito Civil nº 15/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto da Promotoria de Justiça de Nova Prata, tendo por finalidade apurar possível ato de improbidade administrativa, pelo uso irregular de telefones do Conselho para fins particulares, de responsabilidade de Conselheira.

9. Inquérito Civil nº 19/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, tendo por finalidade de verificar o cumprimento da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, pelo Poder Executivo de Município.

10. Inquérito Civil nº 20/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Schol da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, tendo por finalidade apurar o cumprimento da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, pelo Poder Legislativo de Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2008.

KARIN SOHNE GENZ,

Coordenadora do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, da Promotoria de Justiça de Sapiiranga, tendo por finalidade apurar a prática eventual de atos de improbidade administrativa consistente na contratação de servidor sem concurso público.

3. Inquérito Civil nº 202/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades cometidas na Secretaria de Habitação, por agente em cargo de comissão.

4. Inquérito Civil nº 203/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades de servidor público ao negar-se a fornecer cópia de documento público.

5. Inquérito Civil nº 201/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades em concurso público em Município.

6. Inquérito Civil nº 200/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades em concurso público realizado pelo Município de Santa Maria.

7. Inquérito Civil nº 22/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco da Promotoria de Justiça de Triunfo, tendo por finalidade apurar eventual ocorrência de improbidade administrativa e dano aos cofres públicos.

8. Inquérito Civil nº 42/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Giani Saad Pohlmann da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, tendo por finalidade apurar a suposta prática de conduta ímproba, praticada por ex-Presidente de movimento comunitário, que na condição de Presidente do referido Movimento, teria utilizados valores em benefício próprio, violando o Estatuto Social.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2008.

KARIN SOHNE GENZ,

Coordenadora do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 26/2008 - CAOCÍVEL

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1. Inquérito Civil, nº 08/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, tendo por finalidade apurar a destinação de verbas públicas a entidades privadas.

2. Inquérito Civil nº 61/2008, instaurado pela Promotora de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 064

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**BOLETIM Nº 433/08
AVISO Nº 63/08
REPUBLICAÇÃO**

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 03 de novembro de 2008, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - 8º andar - Torre Norte, na Sala dos Órgãos Colegiados, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquéritos civis, relativos aos fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO THUMS: Encaminhado pelo 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 01) Processo nº 8607-09.00/08-3: pedido de urgência na realização de cirurgia pelo SUS, de responsabilidade do Município de Caxias do Sul. **RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO WERNER BERGMANN: Encaminhado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba:** 02) Processo nº 9312-09.00/08-4: dano ambiental em razão das atividades realizadas no posto de gasolina localizado no Km 300 da BR 116, no Município. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 23, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2008.

SÔNIA ELIANA RADIN,
Promotora-Assessora.